



# As AMÉRICAS em uma ENCRUZILHADA

Repór o Trabalho Decente na Agenda do Desenvolvimento



Fórum de Globalização e Desenvolvimento

**CARNEGIE COUNCIL**

*The Voice  
for Ethics in  
International  
Policy*

As **AMÉRICAS** em uma  
**ENCRUZILHADA**

Repór o Trabalho Decente na Agenda  
do Desenvolvimento

**Fórum de Globalização  
e Desenvolvimento**

Esta publicação foi feita possível pelo apoio generoso  
da Fundação de Ford e Rockefeller Brothers Fund.

Copyright © 2005  
Carnegie Council on Ethics and International Affairs  
170 East 64th Street / New York, N.Y. 10021-7496  
(212) 838-4120 / [www.carnegiecouncil.org](http://www.carnegiecouncil.org)

All rights reserved  
ISBN 0-87641-059-X  
Printed in the United States of America

# ÍNDICE

## PREFÁCIO

### **Retornar ao Básico:**

Proteger a Dignidade Humana por meio do Trabalho Decente 5

## SUMÁRIO EXECUTIVO

**Projetar um Novo Caminho para o  
Desenvolvimento nas Américas** 9

### **1 América Latina e Caribe no Século 21**

O Novo Contexto 13

Desafios à prosperidade nas Américas 14

### **2 Traçar um Novo Caminho:**

Promoção do Trabalho Decente nas Américas 15

### **3 Redefinir a Estabilidade:**

Macroeconomia Favorável ao Emprego 17

#### INSTRUMENTOS POLÍTICOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO

Política Monetária 18

Política Fiscal 19

Política de Taxa de Câmbio 20

Técnicas de Gerenciamento de Capital 21

Coordenação Política 22

### **4 Mobilizar Políticas de Comércio e Produção para Gerar Emprego**

Fomentar a Transformação do Setor Produtivo 23

Política de Comércio 26

Mobilizar Recursos Financeiros 27

Coordenação Política 29

### **5 Promover o Crescimento por meio do Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

Garantir o Acesso a Recursos Sociais Produtivos 31

Proteção Social 33

## CONCLUSÃO

**O Caminho para o Futuro** 35

## PREFÁCIO

### ***Retornar ao Básico: Proteger a Dignidade Humana por meio do Trabalho Decente***

As coisas básicas esperadas por nosso povo de seus sistemas políticos e econômicos são simples. Elas são: igualdade de oportunidades, empregos para os que podem trabalhar, segurança para os que dela necessitam, fim dos privilégios especiais para poucos, preservação das liberdades civis para todos ... Estas são as coisas simples e básicas que nunca devem ser perdidas de vista no tumulto e na incrível complexidade de nosso mundo moderno.

*–Franklin Delano Roosevelt, 1941*

Pronunciado há mais de meio século, durante um período de rápidas mudanças políticas e econômicas, o histórico discurso de Roosevelt, "Quatro Liberdades", continua mais aplicável do que nunca. Em um mundo assolado pelos horrores do genocídio, do colonialismo e da extrema pobreza, o discurso de Roosevelt representou uma visão corajosa de uma nova ordem internacional, inspirada pelos ideais de liberdade, justiça e igualdade, sobre os quais a república americana foi baseada. Sua mensagem moral era inequívoca: a paz e a segurança mundiais dependem de um compromisso internacional renovado para eliminar a injustiça. Liberdade significa mais do que o direito de votar; significa a proteção da dignidade humana por intermédio da eliminação dos obstáculos econômicos, políticos e sociais que impedem o espírito humano de utilizar plenamente o seu potencial.

Diante da crescente insegurança e desigualdade ao redor do mundo, uma coragem similar e uma profunda visão ética são necessárias por parte das atuais lideranças mundiais. Em uma era dominada por bytes perfeitos, onde os eruditos cegamente idolatram ou demonizam a globalização, a conveniência política muitas vezes demonstra ter mais princípios e matiza o debate político. Nesse ambiente, as considerações básicas de ética, moralidade e justiça se tornaram quase que totalmente divorciadas do discurso público

sobre questões econômicas e internacionais. Um enfoque renovado pelo básico pode ajudar a traçar um caminho mais claro para lidar com a pobreza e a desesperança que se espalham por muitas comunidades no mundo.

Retornar ao básico requer a revisão da agenda econômica internacional de maneira que coloque as necessidades, os sonhos e as aspirações das pessoas no centro das políticas públicas - não à margem. Isso requer um sistema econômico internacional que apóie os esforços nacionais para eliminar a pobreza com a geração de trabalho decente, que promovam a dignidade humana e o desenvolvimento. De fato, o trabalho decente assegura aos indivíduos um veículo para a mobilidade social, às comunidades uma ferramenta para coesão social e às nações um instrumento para o desenvolvimento a longo prazo e para a transformação econômica. Assim, originar oportunidades de trabalho decente representa uma ponte entre a justiça social e o desenvolvimento econômico, e forma uma base importante para uma nova agenda de desenvolvimento internacional mais ética.

Embora a ética não possa fornecer soluções para a efetiva formulação de políticas, ela proporciona, como afirmou o presidente do Carnegie Council, Joel Rosenthal, uma estrutura útil para uma reflexão mais crítica sobre as escolhas que cada pessoa faz e os valores que afetam essas escolhas. Dadas as exigências morais concorrentes em todos os aspectos da elaboração de políticas econômicas internacionais, tais decisões devem estar sujeitas a deliberações democráticas contínuas e não simplesmente consideradas como decisões "técnicas", de alguma maneira isentas de considerações morais ou éticas mais amplas.

É dessa maneira, com o espírito de contribuir com a deliberação democrática, que o Fórum de Globalização e Desenvolvimento (GDF) do Carnegie Council tem o prazer de divulgar o documento "As Américas em uma encruzilhada: Repor o trabalho decente na agenda do desenvolvimento". Este documento é o primeiro de uma série que está sendo desenvolvida pelo Carnegie Council como parte das atividades do GDF. O Fórum tem o objetivo de facilitar o diálogo internacional sobre as implicações políticas de uma nova visão para a integração econômica e o desenvolvimento globais, que promova a dignidade humana, as oportunidades e a liberdade.

Elaborado como peça central de discussão para a conferência internacional "Trabalho decente e desenvolvimento nas Américas", patrocinada pelo GDF, este documento foi produzido colaborativamente por uma equipe internacional de estudiosos e profissionais\* que inclui:

**Mario Cimoli**, Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe

**Roberto Frenkel**, pesquisador titular do Centro de Estudos de Estado e Sociedade e professor da Universidade de Buenos Aires

**James Heintz**, professor associado do Instituto de Pesquisas em Economia Política da Universidade de Massachusetts

**Jan Kregel**, chefe da Divisão de Análise Política e Desenvolvimento do Setor de Financiamento para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas

**Cecilia López Montaña**, presidente da Fundação Agenda Colômbia

**Jerry Maldonado**, associado sênior, Carnegie Council, Programa de Inovações Políticas Globais

**Manuel F. Montes**, coordenador regional do Programa da Iniciativa de Comércio e Investimento para a Ásia-Pacífico do PNUD e consultor sênior do GDF

**Annalisa Primi**, Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe

**Manuel Riesco Larraín**, Centro de Estudos Nacionais de Desenvolvimento Alternativo, Santiago, Chile, e coordenador de Pesquisa Externa do Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento Social da Organização das Nações Unidas, Genebra

As recomendações enumeradas neste documento representam uma tentativa de aprimorar o debate público sobre a gama de alternativas existentes para se alcançar a prosperidade e resgatar a dignidade humana, dentro do espírito de cooperação internacional renovada.

–*Jerry Maldonado*

Carnegie Council on Ethics and International Affairs

\* As opiniões aqui expressas representam as visões dos autores atuando com suas habilidades individuais e não representam necessariamente as de suas instituições.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### ***Projetar um Novo Caminho para o Desenvolvimento nas Américas***

Qualquer louco inteligente pode tornar as coisas maiores, mais complexas e mais violentas. É preciso um toque de gênio—e muita coragem—para se mover na direção contrária.

—*Albert Einstein*

Durante as duas últimas décadas, o emprego ocupou um papel menos importante na agenda de desenvolvimento internacional. Porém, para a maioria dos homens e mulheres trabalhadores em todo o mundo, um bom emprego representa a diferença entre uma vida de pobreza e uma vida de esperança e possibilidades econômicas. É o principal mecanismo de formação de riqueza, o meio pelo qual homens e mulheres sustentam suas famílias e uma ferramenta básica para o avanço social.

A criação de oportunidades de trabalho decente, assim, surge como uma prioridade central na formulação de políticas de desenvolvimento. Nem redes de assistência, nem a ajuda internacional, podem substituir efetivamente uma economia nacional dinâmica, capaz de proporcionar empregos de qualidade suficientes para todos que os procuram.

Gerar trabalho decente em um mundo cada vez mais globalizado como o atual, entretanto, requer uma combinação mais dinâmica de políticas dos setores público e privado, que mobilizem os recursos domésticos não utilizados, humanos, financeiros e naturais, e que facilitem sua integração estratégica na economia mundial. Tal estratégia requer uma coordenação sistemática entre políticas macroeconômicas de desenvolvimento, de produção, comércio e recursos humanos, para ampliar as oportunidades de trabalho decente. Falhas de instituições, nacionais e internacionais, na coordenação das políticas nessas áreas críticas têm enfraquecido as perspectivas de desenvolvimento da região e impedido o crescimento econômico, a geração de empregos e a estabilidade no hemisfério.

Traçar um novo caminho para o desenvolvimento nas Américas exige:

**Uma estrutura política macroeconômica favorável ao emprego** A estabilidade econômica de longo prazo requer políticas macroeconômicas que fomentem a geração de emprego e facilitem investimentos de capital social e produtivo, enquanto controlam a inflação e minimizam as vulnerabilidades externas. Um enfoque individual sobre a estabilidade de preços e a austeridade fiscal—para exclusão desses outros importantes objetivos econômicos e sociais—dificulta o crescimento social a longo prazo e as perspectivas de emprego para a região, além de representar uma ameaça significativa à estabilidade econômica e política de longo prazo. Uma mistura mais dinâmica de políticas monetárias, fiscais e de taxas de câmbio, combinadas com técnicas de gerenciamento de capital, é essencial para promover o crescimento estável e a criação de empregos na região. Essa estrutura poderia também proporcionar incentivos mais efetivos para estimular o investimento do setor privado em atividades geradoras de emprego.

**Políticas estratégicas de comércio, investimento e produção que ampliem os mercados e as capacidades regionais** Só a liberalização do comércio não é suficiente para resolver as questões de restrições de suprimento e demanda enfrentadas por vários países da região. O crescimento de longo prazo e a geração de empregos de qualidade na América Latina e no Caribe dependem da estrutura do setor produtivo e da evolução dinâmica dessa estrutura no decorrer do tempo. Políticas mais proativas, orientadas para a produção e voltadas para o emprego, são cruciais para fortalecer a competitividade, a produtividade e o crescimento dos mercados domésticos e regionais.

A expansão do mercado doméstico deve estar acompanhada de um processo revitalizado de integração regional, que promova o emprego com investimentos em infra-estrutura regional, produção, tecnologia e recursos humanos. Uma estratégia de integração regional bem-sucedida deverá ser medida pelo quanto ela incrementa a mobilidade social, a prosperidade e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas e nações—grandes e pequenas—do hemisfério.

**Um enfoque renovado no desenvolvimento de recursos humanos** Políticas sociais altamente ativas que promovam a proteção social, a mobilidade e o desenvolvimento dos recursos humanos são essenciais para assegurar a competitividade da região. As redes de assistência sozinhas não são suficientes para o investimento e aprimoramento dos recursos mais importantes de um país—o seu povo.

**Instituições dos setores público e privado mais eficientes** Instituições públicas eficientes e um serviço civil profissional são fundamentais para mobilizar os recursos domésticos e implementar um regime de políticas coerentes, que impulsionem o desenvolvimento humano e social. Um setor público revitalizado também é essencial para estabelecer um ambiente adequado para o desenvolvimento do setor privado, estimular as parcerias necessárias à geração de trabalho decente, e ampliar as expectativas econômicas no hemisfério.

Para a grande maioria das pessoas pobres do mundo, o acesso a um bom emprego continua sendo a variável mais importante para assegurar a estabilidade social e o bem-estar econômico. O progresso nessa área, entretanto, exigirá a priorização do trabalho decente para todos, como um objetivo da política econômica global, e a coordenação de políticas nacionais e internacionais para alcançar essa finalidade básica. Afinal de contas, existem alternativas políticas. O que é necessário é vontade política, liderança e criatividade para incentivar sua implementação.

# 1 AMÉRICA LATINA E CARIBE NO SÉCULO 21

## O Novo Contexto

**1.1** Durante o último quarto do século passado, a América Latina e o Caribe conduziram uma série de reformas estruturais, incluindo a redução de barreiras comerciais, privatização de grandes empresas nacionais e desregulamentação de seus mercados de trabalho e financeiro. As economias da América Latina e do Caribe estão agora entre as mais abertas e liberalizadas do mundo. Durante esse tempo, a região teve sucesso em impulsionar significativamente suas exportações e se tornar atrativa para o investimento direto estrangeiro.

**1.2** Na maioria dos países, as pressões inflacionárias e os déficits orçamentários insustentáveis também foram mantidos efetivamente sob controle. A hiperinflação já não representa uma ameaça imediata para a região. O gasto social também aumentou em vários países, embora o investimento público não tenha sempre acompanhado.

**1.3** Paradoxalmente, o sucesso da região no controle da inflação, no aumento do comércio e na atração de investimento direto estrangeiro não foi acompanhado por um crescimento econômico estável ou pela expansão das oportunidades de trabalho decente - ambos essenciais para a redução da pobreza a longo prazo. De fato, de 1990 a 2003, a região cresceu 2,6% ao ano, menos da metade do crescimento de 5,5% registrado durante o período entre 1945 e 1980. Embora a região tenha assistido a uma modesta recuperação nas taxas de crescimento em 2004, sua sustentabilidade continua questionável devido a vários fatores estruturais externos e domésticos. Além disso, essas taxas de crescimento fracas e instáveis se mostraram insuficientes para gerar empregos produtivos bastantes para uma força de trabalho que está crescendo 2,5% ao ano, ou para ter um efeito substancial na redução da pobreza na região, onde cerca de 35% de todos os lares continuam a viver na pobreza de acordo com os dados publicados perto Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

**1.4 Desigualdade de crescimento.** A América Latina e o Caribe têm apresentado extremas desigualdades em riqueza, renda e oportunidades. As políticas das últimas duas décadas pouco contribuíram para mudar isso e, em vários países, a desigualdade piorou. Além disso, a pobreza e a desigualdade estabelecidas se tornaram, por si mesmas, obstáculos ao crescimento e desenvolvimento econômicos, e representam uma importante ameaça política e social à estabilidade econômica de longo prazo na região.

**1.5 Diferenciais de produtividade.** Embora a produtividade em setores e empresas líderes (muitas das quais subsidiárias de multinacionais) tenha aumentado, o desempenho global de produtividade continua insatisfatório. Atualmente, empresas de nível mundial e funcionários altamente capacitados coexistem com um crescente desemprego e uma florescente economia informal.

**1.6 Pobreza e desemprego.** Taxas de crescimento baixas e voláteis, desemprego persistente e informalização em ascensão têm prejudicado os esforços para a erradicação da pobreza na região e anulado os efeitos positivos do aumento dos gastos sociais. Em 2004, um total de 19,5 milhões de trabalhadores urbanos ficaram sem emprego na América Latina e no Caribe. De acordo com uma pesquisa da Latinobarómetro, em 2002, mais de 40% das pessoas na América Latina consideraram o desemprego, a instabilidade do mercado de trabalho ou os baixos salários como seus problemas mais importantes. De fato, a transição da região de "comerciante global" para "negociador global" parece um sonho distante.

## 2 TRAÇAR UM NOVO CAMINHO: PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NAS AMÉRICAS

**2.1** Cada país em desenvolvimento é responsável por seu próprio desenvolvimento. O domínio nacional da elaboração de políticas econômicas e reformas é essencial para assegurar o projeto e a implementação de políticas econômicas em contextos específicos. Também é fundamental para assegurar que as políticas econômicas atendam às necessidades e aspirações democraticamente expressas por seu próprio povo.

**2.2** Assumir essa responsabilidade nacional exige forte vontade política e mobilização total de todos os recursos materiais, financeiros e humanos de cada país. Desde a época de Adam Smith, os economistas reconheceram que o recurso natural mais importante de uma nação, e sua fonte mais durável de verdadeira riqueza, é o seu povo. Entretanto, os homens e mulheres que trabalham ainda estão entre os recursos menos utilizados das Américas atualmente.

**2.3** O trabalho decente é a base para a redução da pobreza e para o crescimento com igualdade. Fomentar oportunidades de trabalho decente é um alicerce importante para o crescimento econômico estável, o desenvolvimento humano, a igualdade e a estabilidade social. É o principal mecanismo para a geração de riqueza, o meio pelo qual homens e mulheres sustentam suas famílias, e uma ferramenta básica para o progresso social. A criação de trabalho decente deve, assim, ser considerada uma prioridade central das políticas econômicas.

**2.4** As mulheres e os homens ocupam posições diferentes nas economias da região. A maior parte das mulheres está desprotegida no mercado de trabalho, em casa e na distribuição de recursos e renda. A responsabilidade das mulheres por trabalhos de assistência não remunerados representa uma importante contribuição para a injustiça de gênero. Em razão do tempo dedicado a tarefas fora do mercado, as mulheres normalmente recebem menos, têm acesso limitado a empregos remunerados e enfrentam riscos mais elevados de pobreza do que os homens. As opções limitadas das

mulheres, em termos de acesso a uma fonte independente de renda, pode reforçar a dependência e a desigualdade dentro de casa e na sociedade em geral. Essas fontes de desigualdade podem ser tratadas como parte de uma nova visão para o desenvolvimento do hemisfério.

**2.5** Enfrentar estes desafios exige uma estrutura política de desenvolvimento diferente, mais coerente e coordenada, tanto para a mobilização de recursos domésticos e como para o gerenciamento do processo pelo qual as economias da região são integradas na economia mundial. Estratégias que combinem a mobilização total dos recursos domésticos com a integração estratégica na economia mundial são primordiais para a estabilidade econômica a longo prazo. Elas representam as duas ramificações de uma nova estrutura de desenvolvimento para a região. Sem uma atenção firme a ambas, o caminho para o desenvolvimento econômico e humano sustentado se torna quase impossível de trilhar.

**2.6** A estabilidade econômica de longo prazo exige maior coordenação entre as políticas macroeconômicas, de produção e sociais. A coordenação entre essas áreas políticas é essencial para promover o crescimento do mercado doméstico, juntamente com um setor de exportação competitivo, transformar os padrões de produção e consumo domésticos, e apoiar a mobilidade social por meio do desenvolvimento do capital humano.

## 3 REDEFINIR A ESTABILIDADE: MACROECONOMIA FAVORÁVEL AO EMPREGO

**3.1** Em muitos países latino-americanos e caribenhos, o atual regime político macroeconômico foi bem-sucedido na estabilização de preços e na redução da inflação, mas não gerou crescimento econômico suficiente para amparar a geração de empregos, facilitar o desenvolvimento industrial e rural, ou reduzir significativamente os níveis de pobreza e as deficiências de desenvolvimento humano da região.

**3.2** Nos últimos anos, vários países da região liberalizaram fluxos de capital e introduziram regimes de taxas de câmbio flutuantes. Nesse contexto, um enfoque exclusivo em baixas taxas de inflação, o principal objetivo das políticas voltadas para a inflação, produziu altas taxas de juros reais e aumentou as taxas de câmbio reais, que são prejudiciais ao crescimento de longo prazo, à criação de empregos e ao desenvolvimento.

**3.3** Objetivos rígidos de inflação podem introduzir os mesmos elementos pró-cíclicos de desestabilização nas políticas macroeconômicas—por exemplo, restrições econômicas devido a um choque externo negativo—presentes em regimes de taxas de câmbio fixas.

**3.4** Uma nova estrutura política macroeconômica para a região deve acomodar múltiplos objetivos e assegurar os instrumentos correspondentes aos bancos centrais, tesourarias e ministérios de finanças. Estas metas devem buscar maximizar o emprego, manter a estabilidade, evitar crises externas e controlar a inflação em níveis compatíveis com o crescimento econômico de longo prazo. Políticas macroeconômicas estáveis e orientadas para o crescimento devem também ser flexíveis o suficiente para responder a flutuações econômicas de curto prazo e prevenir crises desestabilizantes e ciclos de retração.

**3.5** Para orientar intervenções contínuas que apoiem esses objetivos, as autoridades monetárias e os formuladores de políticas macroeconômicas precisam adotar uma série de metas inter-

mediárias e instrumentos políticos que serão utilizados para gerenciar um regime macroeconômico favorável ao emprego. As metas intermediárias e a combinação de ferramentas políticas vão variar de país para país e dependem do contexto econômico, das restrições existentes e da estrutura industrial. Além disso, as formas institucionais, por meio das quais as políticas monetárias, financeiras e fiscais são levadas a cabo, também vão diferir de uma situação para outra.

**3.6** Uma estratégia macroeconômica propícia ao emprego deve incorporar uma estrutura coerente para acomodar a política monetária, o regime de taxas de câmbio, os fluxos de capitais voláteis e a política fiscal. Tal coordenação é essencial para que o emprego decente, o crescimento sustentável e as proteções sociais de base ampla sejam implementados na região.

**3.7** O gerenciamento da política monetária e fiscal deve ser flexível o suficiente para responder a choques externos negativos. Assim, em épocas de crescimento lento, o objetivo da política macroeconômica deve ser estimular a economia. Entretanto, as políticas de contenções cíclicas não devem comprometer as metas intermediárias e de longo prazo, necessárias para a criação de empregos e o desenvolvimento sustentável.

## INSTRUMENTOS POLÍTICOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO

### Política Monetária

**3.8** A política monetária não deve focar exclusivamente a inflação. A política monetária deve estar focada, simultaneamente, na manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva, na sustentação de taxas de juros reais que apoiem um crescimento forte, e no controle da inflação. A política monetária também deve promover expectativas de preços e taxas de câmbio que amparem investimentos produtivos e desencoragem atividades especulativas. A política monetária deve ser formulada conjuntamente com outras políticas fiscais e setoriais e ser integrada a uma estrutura coerente que proporcione a transformação estrutural da economia e o desenvolvimento dos recursos humanos. Isso exige

coordenação entre todos os atuantes relevantes: bancos centrais, instituições financeiras de desenvolvimento e ministérios apropriados, departamentos e agências.

**3.9** A necessidade de coordenar a política dos bancos centrais com uma agenda de desenvolvimento mais ampla pode exigir mudanças institucionais relativas à responsabilidade da autoridade monetária central para com o processo de formulação de políticas, monitoramento e implementação. Os meios pelos quais os objetivos são estabelecidos e o ambiente institucional onde esses objetivos são monitorados e incorporados devem amparar uma abordagem coordenada com a política macroeconômica. Entretanto, a forma precisa dessa coordenação vai variar de país para país.

### Política Fiscal

**3.10** As políticas de taxação e gastos governamentais são instrumentos fundamentais para aprimorar a infraestrutura, apoiar as instituições financeiras de desenvolvimento, financiar o desenvolvimento dos recursos humanos e investir em políticas de pesquisa, tecnologia e inovação. Despesas cuidadosamente destinadas a maximizar investimentos produtivos nessas áreas representam um componente essencial de uma nova estratégia de desenvolvimento favorável ao emprego.

**3.11** A política fiscal deve ser sustentável no longo prazo. As obrigações de serviço da dívida e fracos sistemas de arrecadação de impostos têm restringido significativamente o desenvolvimento da política fiscal. A liberalização comercial também contribuiu para a erosão da base de receitas de muitos pequenos países em desenvolvimento na região.

**3.12** Para ser sustentável no longo prazo, a política fiscal precisa promover o crescimento da renda e da produtividade. Isto requer investimentos que mobilizem os recursos domésticos e reduzam a dependência de empréstimos externos e os custos de serviço da dívida associados. As políticas fiscais devem ser flexíveis o suficiente para responder com contenções cíclicas a retrações econômicas de curto prazo. Entretanto, para manter a estabilidade a longo prazo, os objetivos da política fiscal devem estar ajustados a mudanças no potencial produtivo da economia no decor-

rer do tempo. Taxas de crescimento mais elevadas e taxas de juros mais reduzidas que podem ser alcançadas, como parte de um regime de política macroeconômica favorável ao emprego, contribuirão substancialmente para a sustentabilidade de uma política fiscal voltada para o desenvolvimento.

**3.13** Os gastos progressivos e as políticas de impostos podem impulsionar significativamente a criação de empregos, aumentando o consumo, o investimento e o desenvolvimento de recursos humanos. Os grandes encargos de serviço da dívida que pressionam as despesas governamentais também agravam a desigualdade de renda, limitam os investimentos de capital em infra-estrutura social e econômica e prejudicam a distribuição de serviços sociais, todos fatores importantes para o crescimento de longo prazo e estabilidade política. Uma política apropriada de impostos e uma arrecadação eficiente são essenciais para garantir receitas públicas adequadas e manter o nível de financiamento do déficit. O impacto de reformas (como a liberalização comercial) sobre os recursos fiscais deve ser levado em conta e os ajustes apropriados devem ser feitos - tanto na identificação de fontes de receitas alternativas como na modificação da estratégia das reformas.

## Política de Taxas de Câmbio

**3.14** Na região, a taxa de câmbio real é importante para determinar o nível da atividade econômica e do emprego no curto prazo, os incentivos ao investimento nos negócios e, como consequência do investimento, os padrões de crescimento econômico de longo prazo, criação de emprego e desenvolvimento industrial.

**3.15** Por seu impacto na estrutura de produção e nos padrões de consumo, a taxa de câmbio real influencia no equilíbrio da balança de pagamentos e na dependência de economias estrangeiras para suplementar os recursos domésticos. A valorização da taxa de câmbio real pode reduzir as exportações, estimular as importações e aumentar o déficit da conta corrente.

**3.16** Em muitos países latino-americanos e caribenhos, os fluxos financeiros estrangeiros preencheram esse vazio. Normalmente esses fluxos financeiros têm sido improdutivos—isto é, não expandem a capacidade produtiva real da economia. Ao invés

disso, uma alta dependência desses fluxos financeiros tem estado associada com crescimento lento e aumento das dívidas externas.

**3.17** Uma abordagem que leve a uma nova estrutura macroeconômica para a América Latina e o Caribe deve enfatizar a importância de se preservar uma taxa de câmbio real competitiva como um objetivo intermediário que promova a rentabilidade das atividades comerciais, mantenha um equilíbrio externo favorável e proporcione incentivos para o investimento e a expansão do emprego. A manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva auxilia em intercâmbios que geram empregos, limitando as importações de capital e bens intermediários.

**3.18** Um regime de política monetária com um objetivo de taxa de câmbio real intermediária deve alcançar três metas simultaneamente: (1) impedir a valorização da taxa de câmbio real; (2) manter influência sobre as taxas de juros e os agregados monetários a curto prazo; e (3) desencorajar fluxos de capital de curto prazo desestabilizantes. As autoridades monetárias têm três instrumentos para alcançar essas metas: (1) intervenções no mercado de câmbio estrangeiro; (2) intervenções no mercado monetário; e (3) técnicas de gerenciamento de capital. O banco central deve estar livre para aplicar efetivamente estes três instrumentos para administrar o ambiente macroeconômico.

**3.19** Os bancos centrais devem também levar em conta o seu papel nas expectativas em torno da taxa de câmbio real. A estabilização das expectativas do setor privado reduzirá os custos das intervenções do banco central, como também sua frequência. Por essa razão, as intervenções do banco central devem ser firmes para demonstrar claramente ao mercado a presteza e a capacidade da autoridade monetária.

## Técnicas de Gerenciamento de Capital

**3.20** A dependência de recursos externos gera o risco de súbitas reversões nos fluxos de capitais. Os fluxos de curto prazo, em particular, têm sido uma fonte de instabilidade macroeconômica, nas taxas de câmbio e financeira para vários países da região. Fluxos excessivos de capitais de curto prazo e posições especulativas em relação à

moeda doméstica aumentam os riscos de instabilidade financeira e prejudicam o crescimento a longo prazo e a geração de empregos.

**3.21** Técnicas prudentes de gerenciamento de capital devem ser adotadas para limitar a vulnerabilidade de um país às conseqüências negativas de investimentos e fluxos de capitais especulativos de curto prazo. Estas técnicas incluem um amplo conjunto de políticas que podem ser agrupadas em duas categorias: (1) regulamentação estratégica dos mercados e instituições financeiras nacionais que protejam o setor financeiro doméstico, e (2) políticas que governem os fluxos de capitais privados internacionais. Os controles de capital sobre fluxos de curto prazo são um exemplo de uma técnica de gerenciamento de capital que pode ser utilizada para proteger a fragilidade financeira na região. Políticas que atraiam capitais produtivos de longo prazo e desencorajem investimentos de curto prazo desestabilizantes podem desempenhar um papel importante como parte da estratégia de desenvolvimento voltada para o emprego.

#### Coordenação Política

**3.22** Programas de estabilização macroeconômica, embora ignorem o gênero, freqüentemente têm causado impactos desproporcionalmente negativos sobre as mulheres, com importantes conseqüências para a igualdade de gênero, a redução da pobreza e o desenvolvimento humano. Uma nova e coordenada estrutura de políticas macroeconômicas deve identificar explicitamente o impacto social de suas intervenções e tratar dessas questões dentro de um contexto político mais amplo, que se empenhe em reduzir as desigualdades de gênero e assegurar o desenvolvimento dos recursos humanos.

**3.23** Embora um regime de política macroeconômica estável e orientado para o crescimento seja essencial para a geração de empregos, não é suficiente para atingir o crescimento com igualdade. Antes, um novo regime de política macroeconômica deve ser combinado com uma mistura apropriada de estratégias de investimento, comércio e produção, que ampliem os mercados domésticos e as capacidades na região.

## 4 MOBILIZAR POLÍTICAS DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO PARA GERAR EMPREGO

### Fomentar a Transformação do Setor Produtivo

**4.1** O desenvolvimento do setor produtivo é crítico para a manutenção da estabilidade macroeconômica e do crescimento sustentado. Para muitas economias, mudanças na estrutura produtiva são essenciais para aliviar a pressão das reduções na balança de pagamentos. O aprimoramento da produtividade ajuda a controlar a inflação. A atualização industrial para atividades de maior valor agregado contribui para manter um nível adequado de demanda associada.

**4.2** Em muitas economias latino-americanas e caribenhas, ilhas de produção moderna coexistem com um conjunto diverso de atividades informais de baixa produtividade, que freqüentemente são responsáveis pela maioria dos empregos. O trabalho informal como parte do emprego total tem aumentado em vários países da região, mesmo durante períodos de crescimento econômico. Além disso, as mulheres estão normalmente concentradas nas mais precárias formas de trabalho informal, aumentando as desigualdades de gênero e o risco de pobreza das mulheres.

**4.3** Os incentivos globais prevacentes manterão essas tendências para a informalidade, a menos que intervenções políticas específicas levem as economias para caminhos mais eficazes de evolução do emprego. Isto envolve a busca simultânea de múltiplas estratégias: promoção de mudanças estruturais no sistema de produção que fortaleçam o relacionamento entre crescimento econômico e a geração de empregos formais; introdução de intervenções enfocadas no aumento da produtividade (e no retorno ao trabalho formal) nas atividades informais; e manutenção de um forte conjunto de políticas sociais para proteger os trabalhadores vulneráveis.

**4.4** Para facilitar a geração de empregos formais, são necessárias ferramentas de políticas públicas que (1) melhorem a produtividade do trabalho e assegurem ganhos que se,

traduzam em prosperidade na renda real e maior poder de compra para as famílias, (2) criem ligações dinâmicas em todos os sentidos entre as atividades domésticas agrícolas e industriais, (3) estimulem a difusão mais rápida de tecnologia e conhecimento; e (4) atualizem o perfil das habilidades da força de trabalho. Tais políticas promovem a estabilidade econômica de longo prazo, ampliando o mercado doméstico, criando novas oportunidades para investimentos do setor privado e beneficiando a competitividade internacional.

**4.5** Uma estrutura de políticas do setor produtivo deve ser planejada em um horizonte de tempo de médio a longo prazos. Deve combinar estratégias verticais (seletivas) e horizontais (não-seletivas). As estratégias horizontais alicerçam o desenvolvimento geral de atividades produtivas e fomentam a difusão de conhecimento entre os setores. As estratégias verticais devem estar voltadas para atividades que criem oportunidades significantes de emprego, fortaleçam os relacionamentos, dimensionem economias, produzam vantagens comparativas dinâmicas e estimulem a competitividade nos setores onde o país possui capacidades.

**4.6** Os formuladores de políticas devem utilizar uma gama de técnicas, incluindo instrumentos de mercado e não relacionados ao mercado, para coordenar o desenvolvimento do setor produtivo. Estas ferramentas devem ser sensíveis e específicas ao contexto.

**4.7** Na América Latina e no Caribe, as mudanças estruturais nos sistemas produtivos exigem governos que possam, e queiram, disciplinar interesses especiais e comportamentos voltados ao lucro, para se ater ao desenvolvimento de longo prazo do setor produtivo. As políticas do setor produtivo devem ter a mesma prioridade dada atualmente ao gerenciamento macroeconômico. Isto exigirá o fortalecimento das instituições públicas com a implementação de políticas industriais, agrícolas e comerciais.

**4.8** Os incentivos à tecnologia e à inovação precisam ser administrados de maneira proativa e devem ser adequados às características da estrutura produtiva. Uma abordagem seria estabelecer um sistema de fundos de inovação para ciência e tecnologia, apoiados por contribuições do setor público e pela mobilização de recursos privados, que assegure atualizações de indústrias estratégicas e setores industriais.

**4.9** Uma estratégia de desenvolvimento rural revitalizada é primordial para a promoção da redução da pobreza e a geração de empregos rurais. Estratégias cuidadosamente dirigidas devem ser desenvolvidas para o setor agrícola para cuidar do acesso ao mercado, finanças, infra-estrutura rural, tecnologia e restrições de distribuição de recursos. Nos últimos anos, avanços tecnológicos—normalmente envolvendo intangíveis como recursos genéticos e inovações nos insumos tradicionais—transformaram muitas atividades agrícolas e o ambiente onde estas empresas operam. É importante para os que elaboram políticas reconhecer esses progressos e começar a planejar estratégias abrangentes que tratem dessas mudanças.

**4.10** Serviços de extensão voltados para o setor agrícola, pequenas empresas e atividades informais, ajudarão na difusão de recursos tecnológicos e informações para empresas que estão freqüentemente marginalizadas quando se trata de seu acesso a pesquisas, conhecimento e inovações tecnológicas.

**4.11** A competitividade é multidimensional, com os custos de mão-de-obra sendo um fator contribuinte, mas não o mais importante determinante. Assim, o mercado de trabalho não deve ser visto como único definidor do emprego e da competitividade. Falhas ao tratar de outras facetas da competitividade—infra-estrutura de qualidade, serviços econômicos com preços competitivos, inovações tecnológicas e atualização industrial—têm um peso considerável nos ajustes do mercado de trabalho, com conseqüências negativas para o emprego, a redução da pobreza e os resultados no desenvolvimento humano. Os níveis de salários não são os únicos determinantes dos custos de mão-de-obra. O aperfeiçoamento da produtividade pode reduzir estes custos sem diminuir os padrões de vida.

**4.12** Devem ser feitos investimentos para assegurar que o mercado de trabalho e os seus regulamentos funcionem de maneira eficiente, proporcionando aos empregadores os empregados apropriados, facilitando a mobilidade dos recursos humanos através da atualização de talentos, resolvendo conflitos em locais de trabalho de modo justo e transparente, e minimizando os custos administrativos.

## Política de Comércio

**4.13** As negociações comerciais devem apoiar as metas de desenvolvimento industrial e agrícola e a geração de empregos. Isto se aplica a negociações em todos os níveis: em instituições multilaterais, entre blocos comerciais regionais e em acordos bilaterais.

**4.14** A liberalização comercial e financeira não gerenciada só pode reforçar a estrutura de produção baseada em vantagens comparativas existentes. Ela não pode construir vantagens comparativas dinâmicas—o fundamento para alcançar crescimento, emprego e metas de igualdade.

**4.15** Os governos da região devem combinar oportunidades oferecidas pelos mercados mundiais com uma estratégia de investimento doméstico e fortalecimento das instituições, para assegurar que o comércio se baseie em vantagens comparativas dinâmicas—e não estáticas.

**4.16** A atualização e o desenvolvimento industriais devem ser vistos como um objetivo fundamental da elaboração de políticas comerciais estratégicas. A atualização industrial promove a geração de empregos de qualidade, assegurando que os países da região evitem a armadilha da especialização em exportações de baixo valor agregado, que são baseadas em operações de produção e montagem dependentes de componentes e insumos importados e têm pequeno potencial de crescimento a longo prazo. A atualização industrial também facilita a expansão dos mercados domésticos, permitindo às empresas e trabalhadores reter uma grande parte dos benefícios da melhoria de produtividade.

**4.17** A integração regional deve ser intensificada para criar novas oportunidades nos mercados doméstico e externo. A integração regional bem-sucedida deve promover o emprego através da expansão dos investimentos em infra-estrutura regional, tecnologia e capacidades de recursos humanos. A integração regional deve, assim, ser vista como um meio para um fim—um veículo para a condução de economias de escala onde a política industrial seja mais exequível, alavancando complementaridades entre as diversas atividades produtivas da região, expandindo as redes de produção, distribuição e marketing, e aperfeiçoando os

padrões de vida. Um processo efetivo de integração regional vai exigir também que os países mais desenvolvidos tenham mais responsabilidade na promoção das perspectivas de desenvolvimento de países menores e menos desenvolvidos da região.

## Mobilizar Recursos Financeiros

**4.18** A implementação do comércio estratégico e de estratégias para o setor produtivo vão exigir a mobilização de recursos financeiros, por meio de múltiplos canais: política fiscal, gerenciamento de rendas e instituições financeiras de desenvolvimento. São necessários recursos financeiros adequados para implementar políticas que apoiem o investimento, a introdução de novas tecnologias, a atualização industrial e a diversificação do sistema de produção.

**4.19** Várias ferramentas de política fiscal podem ser utilizadas na busca dos objetivos de uma estrutura política estratégica para o setor produtivo, incluindo impostos, subsídios, investimentos em infra-estrutura e provisionamento de bens públicos. Entretanto, estes instrumentos políticos somente serão efetivos quando sustentados por recursos financeiros adequados. A política fiscal deve, assim, amparar a estratégia do setor produtivo para assegurar a efetividade desses instrumentos.

**4.20** Para os países com setores que geram rendas consideráveis—por exemplo, provenientes da extração de recursos naturais como o petróleo—um mecanismo efetivo de gerenciamento de renda pode fortalecer o desenvolvimento do setor produtivo na economia. O gerenciamento de renda efetivo pode também aperfeiçoar a competitividade, com a redução dos subsídios implícitos que podem surgir da exploração privada de recursos naturais. Tais subsídios podem resultar na superexploração de recursos naturais, com custos ambientais e econômicos de longo prazo significativos. Os esforços na região para reposicionar os encargos de royalties e outros instrumentos de gerenciamento de bens de raiz devem ser estimulados. Uma parte dessas rendas pode ser mobilizada para financiar políticas e programas estratégicos. Um modelo desse tipo é o sistema brasileiro de fundos setoriais que dão suporte à pesquisa e inovação tecnológica. O Chile experimentou recentemente esforços similares, financiados por sobretaxas sobre recursos de mineração.

**4.21** Instituições financeiras de desenvolvimento foram utilizadas para assegurar o acesso a recursos financeiros de baixo custo, para auxiliar o setor privado no gerenciamento de risco em atividades estratégicas, e para buscar vantagens comparativas dinâmicas. Os países utilizaram diferentes formas de instituições públicas para proporcionar apoio ao gerenciamento de risco privado. Isto normalmente tem a forma da criação de bancos de desenvolvimento nacionais ou instituições financeiras quase governamentais. Os governos precisam manter e assegurar a capitalização adequada dessas instituições financeiras de desenvolvimento, que têm um importante papel a desempenhar na alocação estratégica de créditos de baixo custo, com menos exigências colaterais estritas para setores e investimentos prioritários.

**4.22** As finanças de desenvolvimento não precisam ficar limitadas a instituições públicas ou quase públicas. Podem ser introduzidos incentivos para estimular uma mudança nos balancetes do setor financeiro privado que amparem uma ampla agenda de desenvolvimento. Garantias de crédito parciais reduzem os prêmios de risco sobre projetos que têm um alto retorno social, ajudando a superar esse tipo de falha de mercado. As exigências de reservas baseadas em ativos proporcionam incentivos para os bancos manterem uma parte maior de seus ativos como empréstimos para desenvolvimento. Entretanto, esses esforços exigem sistemas financeiros bem desenvolvidos para serem efetivos.

**4.23** Intervenções nos mercados de crédito estão sujeitas a arbitrariedades e abusos. Assim, salvaguardas efetivas e sistemas de monitoramento devem ser postos em prática para que tais políticas tenham sucesso.

## Coordenação Política

**4.24** A efetividade do comércio estratégico e de políticas orientadas para a produção não só exige um ambiente macroeconômico favorável ao emprego, como também requer uma estratégia proativa de desenvolvimento de recursos humanos e talentos. Entretanto, políticas sociais como a assistência a trabalhadores ou esforços para a formação de recursos humanos só terão impactos positivos se forem combinadas com a reorientação da trajetória industrial do setor formal; isto é, com uma estratégia coordenada de política comercial e industrial.

# 5 PROMOVER O CRESCIMENTO POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

## Garantir o Acesso a Recursos Sociais Produtivos

**5.1** O setor público, por meio de políticas sociais ativas, de saúde e educação, tem desempenhado, historicamente, um papel fundamental no progresso econômico e social da região. Entretanto, a política social em grande parte da América Latina e do Caribe sofreu durante a "década perdida" dos anos 80 e grande parte dos anos 90. Crescimento econômico lento, instabilidade macroeconômica e políticas fiscais restritivas, impostas por programas de estabilização econômica, corroeram muitos dos ganhos de capital humano obtidos no início do século 20.

**5.2** Nas últimas três décadas, a ênfase mudou para o desenvolvimento de soluções baseadas no mercado para resolução de problemas sociais da região. Isso levou ao surgimento de uma próspera indústria de serviços sociais privados, que oferece serviços de alta qualidade para segmentos de alta renda da população. Simultaneamente, as políticas públicas e o investimento durante esse período focalizaram amplamente a criação de redes de assistência para os mais pobres da população. Entretanto, grandes segmentos de trabalhadores das classes média e pobre continuam fora dos sistemas, sem acesso aos serviços sociais privados e mal-atendidos por instituições públicas de saúde e educação debilitadas e frequentemente deterioradas.

**5.3** A América Latina e o Caribe têm hoje a distribuição de renda mais desigual do mundo. Essas grandes desigualdades na distribuição de riqueza têm representado historicamente um desafio para a coesão social e a estabilidade política da região, prejudicando o crescimento de longo prazo, o investimento e as perspectivas de desenvolvimento.

**5.4** Políticas sociais altamente ativas que promovam a proteção social, a mobilidade e o aprimoramento do capital humano são fundamentais para assegurar a competitividade da região e a coesão social. Em particular, os investimentos públicos em

serviços educacionais, formação de talentos, treinamento, pesquisa e tecnologia, são essenciais para impulsionar a produtividade da mão-de-obra e os rendimentos do emprego. Esses serviços requerem financiamentos públicos adequados e devem ser considerados como parte de uma estratégia de investimentos de longo prazo.

**5.5** O trabalho de assistência não remunerado, realizado em residências, responde por uma grande fração da mão-de-obra necessária para manter e desenvolver os recursos humanos de um país. As mulheres fazem a maior parte desse trabalho. Sem este investimento em recursos humanos, o crescimento e o desenvolvimento potencial de um país estaria seriamente comprometido. A importância do trabalho de assistência voluntário deve ser explicitamente considerada nas intervenções políticas sociais. As políticas sociais devem reconhecer a importância dos trabalhos assistenciais e apoiá-los, mas de maneira que não reforce as desigualdades de gênero existentes.

**5.6** Políticas sociais que assegurem o acesso igualitário aos serviços básicos e infra-estrutura social, incluindo nutrição, saneamento, moradia e assistência à saúde, têm um impacto positivo sobre o crescimento econômico, instituindo mão-de-obra mais produtiva, reduzindo o absenteísmo e sustentando os indivíduos durante sua vida de trabalho. Uma nova estratégia para promover o desenvolvimento dos recursos humanos, como parte de uma agenda de desenvolvimento mais ampla, deve contar com uma combinação dinâmica de provedores de serviços sociais públicos e privados, redes e instituições. Ambos os sistemas podem ser complementares, na maioria dos casos, se regulamentados e definidos adequadamente. Assim, as instituições públicas devem ser fortalecidas para constituir a base de um sistema de proteção social público-privado redefinido e combinado, que assegure uma cobertura cada vez mais universal para os serviços essenciais.

**5.7** Evidência empírica recente demonstra que os países com distribuição de renda mais equitativa têm maiores taxas de crescimento. Políticas progressivas fiscais, de impostos e créditos que promovam um acesso mais equitativo aos recursos produtivos podem impulsionar significativamente o consumo e o investimento doméstico, e incrementar as oportunidades nos mercados domésticos.

## Proteção Social

**5.8** As políticas de proteção social permitem às famílias e indivíduos gerenciar os riscos associados aos choques na renda e no emprego. Também resguardam os indivíduos de condições de trabalho injustas ou inseguras. As políticas de proteção social são primordiais para garantir oportunidades de empregos decentes. Em particular, os sistemas de seguro contra o desemprego são necessários para amparar as famílias em situações adversas no mercado de trabalho.

**5.9** Os pagamentos de transferências governamentais proporcionam um certo grau de proteção à renda para os desempregados, os pobres e os idosos. Os pagamentos de transferências também podem apoiar outros objetivos de políticas sociais, como o aumento de matrículas nas escolas e do acesso à assistência à saúde. As transferências podem melhorar o funcionamento do mercado de trabalho de baixo salário, considerando que normalmente são necessários pequenos montantes de renda para os indivíduos que efetivamente buscam emprego. Tais programas também servem como "estabilizadores automáticos"—introduzindo um elemento de contenções cíclicas nas políticas fiscais.

**5.10** As proteções sociais são importantes para promover o trabalho decente, pois regulam as condições de trabalho, asseguram a observância dos principais padrões de trabalho e estabelecem um limite básico de decência para o funcionário. Entretanto, essas proteções são normalmente restritas aos empregados na economia formal. Os trabalhadores informais normalmente têm pouco ou nenhum acesso às estas proteções. Isso tem acontecido pelo rápido crescimento da mão-de-obra urbana da região, em que muitos de seus componentes entram e saem de empregos remunerados de curto prazo, e trabalham informalmente nos períodos de desemprego. Considerando este contexto, há uma necessidade de estender a cobertura dessas políticas aos indivíduos que estão fora do mercado de trabalho remunerado formal.

## CONCLUSÃO

### ***O Caminho para o Futuro: Nenhum Sonho Postergado***

O que acontece com um sonho postergado?

Ele seca  
como uma passa ao Sol?

Ou infecciona como uma ferida—  
e então escorre?

...

Talvez apenas afunde  
como um fardo pesado.

Ou será que um dia explode?

*—Langston Hughes*

Existem, hoje, cerca de 1,5 bilhão de pessoas desempregadas, subempregadas ou trabalhando em pobreza de acordo com os dados publicados pela organização internacional do trabalho. Como enfatizado no Relatório da Comissão Mundial sobre as Dimensões Sociais da Globalização, esse padrão não é moralmente aceitável nem politicamente sustentável. Enfrentar este desafio exige uma liderança política combinada em todos os níveis, para assegurar que todos os cidadãos vivam em um mundo onde nenhum sonho seja postergado por causa da pobreza, do desemprego e da exclusão social.

Esse desafio é especialmente crítico na América Latina e no Caribe, onde existe extrema riqueza ao lado de extrema pobreza e desesperança humana. Este documento propõe um novo esquema para priorização do trabalho decente como estratégia essencial para promover o desenvolvimento e a dignidade humana na região e em outros lugares.

Como nenhuma prescrição política pode se adequar de maneira possível a todas as situações, este documento delineia uma nova estrutura ampla de políticas, suficientemente flexível para acomodar as necessidades, contextos e estruturas exclusivos de cada economia da região. A efetividade dessa estrutura, entretanto, depende de uma abordagem mais holística e coordenada para a elaboração de

políticas que promovam o desenvolvimento humano e a igualdade social com a geração de empregos e a expansão de oportunidades econômicas. Ela requer a formulação de uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional e regional, onde o gerenciamento macroeconômico, as políticas do setor produtivo e o desenvolvimento do potencial humano de cada país devem ser buscados simultaneamente, como parte de um todo coerente. Sem essa coordenação, as intervenções específicas ficarão longe do que é possível e desejável.

Essa estrutura também representa um contraste acentuado em relação às políticas econômicas implementadas na região nas últimas décadas - estratégias que falharam em beneficiar o emprego e lidar com a pobreza e as desigualdades gerais. Somente com um compromisso alicerçado na implementação de soluções integradas para os desafios sociais e econômicos da região, a estabilidade, a prosperidade e a liberdade do hemisfério podem ser asseguradas.

**Carnegie Council on Ethics and International Affairs**

170 East 64th Street / New York, N.Y. 10021-7496

tel: (212) 838-4120 / fax: (212) 752-2432

[www.policyinnovations.org](http://www.policyinnovations.org)